

“Chega de Fiu Fiu”: uma campanha na *Internet* contra o assédio sexual em espaços públicos¹

Mariana Lemos de Moraes BEZERRA²

Kalianny Bezerra de MEDEIROS³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

O intuito desse trabalho é analisar a relevância da campanha “Chega de Fiu Fiu”, desenvolvida pela ONG *Think Olga* e realizada através da *Internet*. O tema gira em torno do assédio sexual sofrido pelas mulheres em espaços públicos. Dessa maneira, pretende-se averiguar as práticas feministas em rede e sua potencialidade na busca da transformação social. Como metodologia, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e pesquisa bibliográfica a partir de dados secundários. Por fim, pode-se constatar que o ativismo na *Internet* tem proporcionado uma discussão sobre a pauta feminista e gerado um processo de transformação das realidades sofridas pelas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: assédio sexual; ciberfeminismo; feminismo.

INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero sempre foi objetivo de diversas teorias e movimentos feministas ao longo do tempo. No entanto, o conceito de feminismo foi continuamente debatido, gerando inúmeras posturas, que coexistem. A partir da década de 1980, a produção acadêmica nacional sobre estudos de gênero passou gradativamente a se tornar mais expressiva. Campo fértil de pesquisa, a análise sobre questões femininas se constitui ainda em espaço de estudos bastante promissor, o que revela a inesgotabilidade da discussão sobre o tema.

O debate, de início vinculado aos aspectos voltados mais diretamente ao feminino e à igualdade de direito para mulheres, assume uma perspectiva mais abrangente na medida em que se ampliam, questionam e diversificam estudos e pesquisas sobre mulheres em vários espaços da sociabilidade atual.

O movimento feminista – “[...] movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (OLIVEIRA, 1969, p.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Mestranda de Estudos da Mídia do PPgEM-UFRN. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia, email: lmbmariana@gmail.com.

³ Mestranda de Estudos da Mídia do PPgEM-UFRN. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia email: kaliannybezerra@hotmail.com

424) – pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século.

Passaram cerca de dois séculos desde a publicação de Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman*, em 1792, talvez o primeiro livro feminista em que a autora determina a independência econômica para as mulheres como maneira de emancipação pessoal e de respeito à igualdade. Desde então, ocorreram várias modificações no mundo, que surgiram para alterar profundamente a compreensão do mundo social e emocional (CAMPOI, 2011).

De acordo com Kaplan (1992), é possível identificar a existência de três fases do movimento feminista. A primeira fase se situa no meio do século XIX e início do século XX, que se caracterizou pela luta ao voto e direitos civis; a segunda onda, sucedida em meio à revolução da contracultura da década de 1960, teve como lema a frase da ativista Carol Hanish (1969, p.1), “o pessoal é político”, levando para o espaço público questões até então limitadas ao espaço privado, como a sexualidade feminina e a violência doméstica. A terceira fase teve seu início na década de 1980, ocasião em que o movimento passou por tempo reflexivo e controverso, chamado pós-feminismo.

Marcado por visões de diferentes teóricos e correntes, o pós-feminismo apenas se une na vontade política e acadêmica de uma revisão do feminismo enquanto movimento e teoria: ao mesmo tempo que determinadas correntes asseguram seu categórico fim, outras defendem sua continuidade, desde que com indispensáveis modificações.

O ciberfeminismo, como fenômeno social e político, é recente. Seus primeiros passos foram dados em conjunto com a chamada terceira onda feminista (MAYORGA, 2014). Ao adicionar “ciber” ao já estabelecido “feminismo”, o movimento vê nas novas tecnologias digitais a possibilidade de superação de uma pressuposta desigualdade entre gêneros.

No presente trabalho, o ciberfeminismo, pode ser compreendido como uma prática feminista em rede, que possui objetivos político e estético, na busca da construção de novas ordens e desconstrução de velhos mitos empregados na sociedade, através da utilização da tecnologia.

Com o intuito de buscar espaço para expressão e criar uma rede de comunicação entre mulheres, *sites* e páginas no *Facebook*, muitas vezes interligados, surgem como ambiente de expressão e construção de conteúdo para visibilizar ideias e experiências.

Criada em 24 de julho 2013, a “Chega de Fiu Fiu” é uma campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos lançada pela ONG feminista *Think Olga*, que possui o objetivo de lutar pelo empoderamento feminino por meio de informação. Primeiramente, foram divulgadas ilustrações com mensagens de repulsa a esse tipo de violência. As imagens foram compartilhadas por inúmeras pessoas nas redes sociais, gerando uma repercussão tão positiva, que acabou sendo o início de um movimento social contra o assédio em locais públicos.

O número de mulheres que apoiou a campanha em seu início era um forte sinal dos assédios que ocorrem diariamente, mas para comprovar esse ponto de maneira ainda mais incisiva, a jornalista Karin Hueck organizou um estudo *on-line*, lançado pelo *Think Olga*, para constatar de perto a opinião das mulheres em relação às “cantadas” de rua, a fim de preencher a lacuna que pesquisas tradicionais deixavam quando tratavam de igualdade de gênero.

Dessa forma, nesse artigo propõe-se analisar a relevância da campanha contra assédio sexual em espaços públicos “Chega de Fiu Fiu”, realizada através da *Internet*. Assim, pretende-se verificar quais foram as conclusões resultantes da campanha desenvolvida pela ONG *Think Olga*, orientado pela perspectiva epistemológica feminista.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O FEMINISMO

De maneira bastante simplificada, seria possível dividir o feminismo em três ondas ou momentos. A primeira onda é chamada “feminismo igualitário”, que reivindicava o direito ao sufrágio, a partir do meio do século XIX e início do século XX. Preocupava-se fundamentalmente em identificar as causas da discriminação das mulheres e reivindicar igualdade entre gêneros, sobretudo no plano dos direitos civis e políticos. As sufragistas, como eram conhecidas em Londres, foram encarceradas, fizeram greve de fome, e demais manifestações para a conquista do direito de votar e serem votadas. No Brasil, as sufragistas foram comandadas por Bertha Lutz, conquistando em 1932, o direito ao voto.

O importante slogan que foi apresentado durante a segunda onda “o pessoal é político”, de Carol Hanisch (1969, p.1), rompe com o significado estabelecido até então para público e privado, uma vez que, almeja trazer para a esfera do político, do público, questões até então compreendidas como específicas do privado, dessa maneira, modifica a dicotomia público - privado. Segundo Costa (2005), tal dicotomia era à base do pensamento

liberal acerca da política; sendo que a ideia de público sempre se referia ao Estado, à economia e tudo que pudesse estar relacionado ao político. Já o privado estava intrinsecamente ligado à esfera do doméstico, da vida familiar, ou seja, relacionado ao pessoal e ao feminino.

A terceira onda emerge de uma discussão iniciada nos anos 1980, e que se consolida efetivamente a partir da década de 1990. São as teorias ditas “pós-feministas”, que denunciam os discursos anteriores, afirmando que os mesmos estariam corrompidos pelo ponto de vista ocidental, branco e heterossexual. Segundo Lucena (2016) foi realizada uma nova proposta de discussão do feminismo, integrada com discussões de “raça”, etnia, sexualidade e classe. Desse modo, deve-se ter em vista, a partir de então, os diferentes tipos de mulheres. Esse debate foi proposto, sobretudo, por feministas lésbicas e negras, que não se sentiam totalmente contempladas.

Assim, pode-se afirmar que o feminismo se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca romper os padrões tradicionais, acabando assim com a opressão sofrida ao longo da história da humanidade pelas mulheres.

Ainda é importante destacar que o movimento não busca inferiorização dos homens e sim a igualdade entre ambos os sexos. Ele procura reunir as pessoas que são subjugadas para que, com a troca de experiências e o diálogo em rede, haja uma reconstrução da sua identidade, para transformar, então política e culturalmente, a sociedade. Manuel Castells (2010, p.235) afirma que, “a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder”. Com o conhecimento em rede sobre a repressão que passam, as mulheres buscam conseguir a força indispensável para libertação do sistema patriarcal.

Ao decorrer da luta feminista, as revoltas à estrutura patriarcal tiveram como força motriz as mudanças sociais das últimas décadas. A remuneração salarial ofereceu à mulher um poder de voto maior dentro da sua família porque, afinal, sua contribuição torna-se decisiva para o sustento da casa. (MAGALHÃES; DIEMINGER; BERTOLDO, 2015, p.2).

Nesse aspecto, é clara a importância do combate ao referido sistema, já que, como consequência dele, é criada uma imagem socialmente construída em virtude da dominação exercida pelos homens, restando às mulheres, determinados papéis sociais, os quais a luta feminista sempre almejou reconstruir.

CIBERFEMINISMO

As tecnologias permitem um redimensionamento dos novos modelos de organização de diversos movimentos sociais, como o feminismo. A construção de novas subjetividades na atualidade está ligada ao avanço das tecnologias da comunicação que surgiram nos dois séculos passados, tal como nos remete a uma série de questões que passam por intensas modificações nos dias de hoje. A contemporaneidade é o lugar onde essas questões como: emancipação feminina, mercado de trabalho, orientação sexual modificam antigos painéis sociais (LEMOS, 2009).

O ciberfeminismo é uma terminologia utilizada para designar a parte do movimento feminista que se compromete com questões como identidade e direitos da mulher dentro do âmbito do ciberespaço. Como fenômeno social e político é recente, seus primeiros passos foram dados em conjunto com a chamada terceira onda feminista e conjectura sobre as mulheres e suas relações com computador, a *Internet* e, em um espectro mais amplo, com as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Isto é, o movimento vê nas novas tecnologias digitais a possibilidade de superação de uma pressuposta desigualdade entre gêneros.

O Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway (2000), publicado inicialmente em 1985, foi um dos primeiros manifestos sobre ciberfeminismo. Haraway, falava sobre um corpo no ciberespaço, que ela chamava de ciborgue, esse seria livre de gênero, neutro em termos de “raça”, preferência sexual, e da dicotomia humano/máquina, humano/animal, homem/mulher. Seria um tipo híbrido que poderia escapar das definições moralmente justificadas de identidade e das dicotomias características da heteronormatividade.

O ciberfeminismo tem seu maior período de atuação na década de 1990 e início dos anos 2000, com o grupo australiano *VNS Matrix* e Sadie Plant. Para Galloway (2004), a proposta de Plant, a exemplificação da tecnologia como sendo essencialmente feminina, é um argumento de protesto contra o controle e domínio tradicionalmente masculino. Ao mesmo tempo, *VNS Matrix* promovem práticas táticas dessa argumentação. O grupo começou em 1991 com quatro artistas: Josephine Starrs, Francesca da Rimini, Julianne Pierce e Virginia Barrat. Através de seu trabalho, elas interrogaram o controle e dominação nas tecnologias de comunicação e informação, dessa forma, o ciberfeminismo viu as TICs como uma ferramenta para liberação e emancipação feminina.

Segundo Faith Wilding (2006), o ciberfeminismo é uma promessa da nova onda de pensamento e prática pós-feminista. Por meio do trabalho de numerosas mulheres ativas na *Internet*, há agora uma presença ciberfeminista diferente na rede, que tem frescor, não tem vergonha, é engenhosa e iconoclasta frente a muitos dos princípios do feminismo clássico.

No entanto, no mundo tecnológico, um mundo não alheio aos outros mundos, padece e sofre as vicissitudes políticas e sociais. Por esta razão, o ciberfeminismo também deve ser um campo aberto para o ativismo e à política.

Os veículos de comunicação de massa se tornaram um dos suportes das feministas da década de 1960, bem como de outros movimentos sociais, servindo como instrumentos que potencializaram o debate sobre as estruturas de gênero na sociedade. Porém, pouca ou nenhuma discussão se deu sobre como as subjetividades femininas foram alteradas pelo circuito tecnológico e seu uso em si. Já o ciberfeminismo, entendido como uma prática pós-feminista na rede, (no sentido de se dar após os movimentos da década de 1960 e 1970) foi um complexo território tecnológico, e também político, onde seus instrumentos (o vídeo, a *Internet* e demais tecnologias de comunicação) estão no centro da questão sobre a causa das desigualdades das estruturas de gênero (LEMOS, 2009).

Vários autores como Stuart Hall (2001), Donna Haraway (1984) e Felix Guattari (1990 *apud* Lemos 2009), identificaram e expuseram a potencialização de redes sociais por meio da união entre tecnologia e ativismo político. Stuart Hall ressalta a questão de que, antes de se falar em tecnologia como aceleradora desses movimentos sociais, estes se reorganizariam em volta das lutas pela questão da identidade. Pode-se citar o estudo de Stuart Hall (2001 *apud* Lemos 2009), *As identidades culturais na Pós-modernidade*, que aponta uma “crise de identidade” não somente dentro deste contexto das tecnologias da comunicação, mas para uma crise dentro de uma série de processos que deram origem a chamada pós-modernidade. Nessa pós-modernidade, “as velhas identidades” fundadas dentro do projeto modernista, de um sujeito centrado e positivista, são fragmentadas por vários processos, dentre eles, a crescente interferência e aceleração da comunicação na sociedade.

Passaram-se quase 30 anos desde que o movimento de mulheres e feministas começou a perceber as potencialidades da *Internet* para a organização e empoderamento das mulheres. Contudo, as reflexões e análises teóricas sobre os alcances, o sentido e os dilemas teóricos e políticos das tecnologias digitais abordadas com um olhar feminista parecem estar apenas começando no Brasil.

THINK OLGA

A *Internet* revelou-se um instrumento de articulação de laços e correntes para a mudança social, através da ampla proporção, como é o caso da ONG *Think Olga*, criada em abril de 2013, e que tem sua história e motivação exatamente a partir da criação de um *site*.

O Olga, como também é chamado, foi criado por Juliana de Faria, jornalista formada pela PUC-SP e especialista em moda. Segundo sua descrição na página “com o tempo descobri que gostava mais de falar sobre a mulher que veste a roupa do que sobre a roupa que veste a mulher” (FARIA, 2014). O espaço virtual ainda conta com a colaboração de outras profissionais, sendo composta por uma diretora de comunicação e uma advogada.

“A Olga nasceu dessa vontade de criar uma conversa mais honesta com as mulheres, um papo livre de frases prontas, debates feitos no automático, estereótipos e informações desatualizadas. E essa capacidade de enxergar e se dirigir à mulher como um ser pensante e de direitos, com seriedade e sem ser condescendente é o mais importante para mim. Não só como jornalista e criadora da Olga, mas também como mulher” (FARIA, 2014).

O objetivo do Olga é criar conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e empoderá-las através da informação. Nesse sentido, a sua luta é para que as mesmas possam ter mais opções, bem como garantir que elas façam suas escolhas de maneira informada e consentida. O espaço virtual auxilia a criar condições para que agressões diárias sejam, enfim, enfrentadas pela sociedade como inadmissíveis. É do *Think Olga* a campanha “Chega de Fiu Fiu”, que começou com uma pesquisa sobre as “cantadas” que as mulheres ouvem nas ruas.

“CHEGA DE FIU FIU”: UMA CAMPANHA NA *INTERNET* CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Uma das reivindicações do movimento feminista é o assédio sofrido pelas mulheres nos espaços públicos, muito em decorrência, dos resquícios da cultura patriarcal que ainda hoje estão presentes em nossa sociedade. Uma das formas de materialização dessa ideologia é a objetificação do ser, isto é, tratar o outro em nível de objeto, sem considerar seu emocional e psicológico.

Historicamente, as relações de gênero têm sido definidas e mantidas como estruturas de dominação, controladas pelo homem. Sobre esse termo, Pierre Bourdieu (2005), explica

como um esquema de padrão comportamental, cujas raízes encontram-se cravadas na estruturação inconsciente e histórica, naturalizando, instituindo e reafirmando a ordem patriarcal como superior e irrevogável, isenta de qualquer justificação. A dominação masculina funciona como um dispositivo, ou seja, uma máquina de fazer ver e falar, conforme pensou Michel Foucault (2013), e que se estende e se instala tanto no espaço público quanto privado.

A violência apresenta-se como moral, simbólica e física. Entretanto, mesmo sendo, por vezes, descritas de formas diferentes configuram um bloco no qual uma, fomenta a outra, como lembra Pierre Bourdieu (2005, p.50) “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física”. Ou seja, tal poder, é embutido porque é legitimado e sempre realizado por um dominador, a partir de uma relação hierárquica, e tem como finalidade impor um saber e um pensar, opressor e preestabelecido, a um subjugado, seja por questões de “raça”, classe, gênero, etnia, dentre outras.

Dessa maneira, pode-se assegurar que a dominação se estabelece de forma que dispensa justificação, conseqüentemente, o assédio nos espaços públicos, fazendo parte de tal sistema, também. Já que por vezes as chamadas “cantadas” de rua são entendidas socialmente como algo natural ou, ainda, como um elogio. Entretanto, estabelecer a diferença entre um mero elogio ou brincadeira e uma situação de nítido assédio é pertinente.

Santos (2015) afirma que na concepção moderna, a discussão sobre o assédio sexual aparece pela primeira vez em 1979, com a professora de direito Catharine MacKinnon, que propôs a criminalização do assédio sexual inserido em uma perspectiva jurídica. A ideia era punir pessoas que utilizassem a posição superior na hierarquia de uma empresa para conseguir favores sexuais. Ao estabelecer uma teoria que relacionava comportamentos sexuais e discriminação sexual, ou de gênero, MacKinnon ressaltava que o assédio sexual ocorria como expressão do status desigual de homens e mulheres.

No Brasil, em 15 de maio de 2001, a Lei nº 10.2248 passou a estipular o assédio sexual no ambiente de trabalho como crime, envolvendo tanto homens quanto mulheres. É importante destacar que a lei se refere apenas aos crimes cometidos em ambientes de trabalho, e não em casa ou na rua onde se ouvem as típicas “cantadas”.

Segundo Rodolfo Pamplona Filho (2002, p.110) o assédio sexual pode ser definido “como toda a conduta de natureza sexual não desejada que, embora repelida pelo destinatário, é continuamente reiterada, cerceando-lhe a liberdade sexual”.

As investidas abusivas costumam acontecer com frequência, de tal forma que acabam por produzir medo, uma vez que a relação entre homem e mulher na sociedade é embutida de uma relação de gênero, dessa forma, constitui-se uma limitação de livre disposição do corpo.

O assédio sexual nos espaços públicos e a liberdade de disposição de seus próprios corpos correspondem a uma importante pauta feminista que, por vezes, em virtude do medo, são escondidos como maneira de autopreservação. Nada mais coerente e visível que há necessidade de discussão, estando, atualmente, os meios tecnológicos em maior evidência.

Diante deste contexto, o *Think Olga* colocou no ar uma pesquisa organizada pela jornalista Karin Huech, que contou com a participação de 7.762 mulheres que responderam a um questionário sobre várias circunstâncias de constrangimento e assédio sexual que passaram. O número bastante expressivo evidencia a capacidade comunicativa e de organização da *web*. O que confirma a possibilidade de transcender o espaço virtual por meio da formação de redes interativas e da propagação de informações.

Em duas semanas, os números encontrados eram surpreendentes: 98% delas já haviam sofrido assédio, 83% não achavam legal, 90% trocaram de roupa antes de sair de casa pensando onde iam por causa de assédio e 81% das entrevistadas revelaram ter deixado de fazer alguma coisa com medo do assédio (THINK OLGA, 2013). Os dados ratificam a importância da campanha, trazendo um novo olhar acerca do tema e ampliando o debate sobre situações de assédio tão vivenciado pelas mulheres.

Após a publicação desses dados a campanha ganhou impulso. Grandes veículos de comunicação propagaram a pesquisa e, repentinamente, o que era evidente para a maior parte das mulheres, havia virado notícia. Com a notoriedade, a campanha passou a receber diversas mensagens via comentários do *site*, *e-mails* e *Facebook*. Os mesmos surgiam de três públicos principais, em ordem de recorrência: mulheres que se identificavam com a campanha, homens surpresos com os dados e uma incômoda, porém significativa minoria de mensagens de ódio e até ameaças de estupro vindas de homens revoltados com a campanha – um comportamento infelizmente muito corriqueiro às mulheres que se posicionam contra privilégios masculinos (THINK OLGA, 2013).

É importante também ressaltar que essa pesquisa expõe o problema a partir do olhar da vítima. Dessa maneira, pode-se perceber a *Internet* como mecanismo para dar voz àquelas que antes se encontravam na condição de receptora de informação.

A campanha também disponibilizou vários depoimentos de vítimas que vivenciaram situações de assédio sexual. Histórias das mais diferentes mulheres foram colhidas e compartilhadas na *web*.

O próximo passo foi a criação do “Mapa Chega de Fiu Fiu”, que consiste em uma página na *Internet* com um mapa do Brasil, onde qualquer vítima de assédio pode descrever um caso, registrando o local aonde aconteceu. Da mesma maneira, qualquer pessoa pode escolher um lugar específico e ter acesso aos casos descritos. Trata-se de “uma ferramenta para tornar as cidades mais seguras para as mulheres ao relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio em determinadas áreas em busca de soluções que mudem essa realidade” (THINK OLGA, 2013).

O *site* do *Think Olga* também se tornou uma plataforma inicial de informação para alcançar o público alvo. Do mesmo modo, como elemento da campanha, partiu-se para a criação do *e-book* “Meu corpo não é seu: desvelando a violência contra a mulher”, bem como para a de um cordel, de autoria de Jarid Arraes em parceria com o *site*, e de uma cartilha sobre o assunto, esta em coautoria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assim, pode-se afirmar que o ativismo no caso em estudo propiciou uma discussão que transpassou o espaço *on-line* a esfera do poder público.

Tantas iniciativas para se materializar o conhecimento foram instigadas pela ideia de que o “feminismo é a conquista de poder pela informação”, como defende a criadora do *Olga*, Juliana Faria (2013).

Em breve, será lançado o documentário “Chega de Fiu Fiu”, que foi financiado coletivamente, através do *Catarse*⁴ e arrecadou R\$ 64.448,00. Baseado em dados da pesquisa e do “Mapa Chega de Fiu Fiu”, o documentário pretende estabelecer um diálogo entre as vítimas do assédio nas ruas, os que praticam e as especialistas no tema. Que abordará uma visão completa sobre o assunto, investigando suas causas, motivações, contexto social e soluções para a violência contra a mulher.

Esse documentário tem como proposta percorrer os locais denunciados na campanha “Chega de fiu fiu” e captar assédios sexuais em espaços públicos. Ao interligar os três dos principais protagonistas desse problema social – vítimas e seus algozes, além de especialistas no assunto –, o projeto permitirá uma visão completa sobre o assunto, investigando suas causas, suas motivações, seu contexto social e soluções para a violência.

⁴ O *Catarse* é a primeira e maior plataforma de *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, do Brasil.

Ainda é válido ressaltar que o cordel, confeccionado em parceria com o Olga e Jarid Arraes, já mencionado anteriormente, estava entre as recompensas que os apoiadores ganhavam ao fazerem doações para o documentário.

Com o resultado da campanha, o *Think Olga* tornou-se uma das vozes mais respeitáveis contra o assédio em locais públicos no Brasil, estabelecendo parcerias para a criação de diversas iniciativas para o aumento da conscientização da importância do tema, tais como o já citado *e-book* “Meu Corpo Não é Seu”.

O avanço tecnológico colaborou bastante para o compartilhamento do amplo conhecimento e vivência que possibilitou uma maior lucidez sobre as desigualdades sofridas, notando, por exemplo, que muitas vezes só eram vistas como objeto de satisfação sexual.

Por meio da campanha criada a partir de um *site*, foram desenvolvidos diversos materiais sobre a problemática do assédio sexual, para que a sociedade acesse através diversos perspectivas o tema questão. A decorrência pode ser uma conscientização coletiva acerca das transformações necessárias acerca desse problema social vivenciado pelas mulheres.

Dessa forma, o feminismo encontrou um novo espaço onde propagar e fazer avançar suas pautas, visto que através das novas mídias sociais pratica-se o ciberfeminismo, os quais consistem em ações políticas e sociais via *Internet*, com um grande propósito democrático, que serve além de horizontalizar os diálogos, desestruturar a reprodução de pensamentos opressores cuja transmissão, muitas vezes, acontece como sendo uma verdade absoluta e unilateral.

Esse fato é instigado pelo ciberespaço que, juntamente com a *Internet*, estabelece um diálogo de caráter comunicativo, conversacional e não apenas informativo. Permitindo o acesso e a produção do contra conteúdo por apresentar-se como uma plataforma interativa, reforçando o compartilhamento, o debate, múltiplas opiniões e participação.

CONCLUSÕES

Um feminismo multifacetado está nascendo em rede por intermédio da *Internet* e que tem a capacidade de rediscutir os fatos ditados pela hegemonia patriarcal através de uma ordem espontânea.

A chegada e a popularização das novas tecnologias digitais ocasionaram densas mudanças sociais ao ampliar intensamente a forma como os indivíduos interagem e trocam informações. A facilidade e a velocidade do uso e da troca de informação pela *Internet* tem um papel primordial na nova sociedade. Através de espaços virtuais, as feministas encontraram um ambiente onde passaram a disseminar ideias e realizar um debate social.

Nessa perspectiva, a *web* se tornou um instrumento de articulação de laços e correntes para a mudança social, como é o caso da ONG *Think Olga*, que ao promover a campanha “Chega de fiu fiu”, utilizaram-se da fluidez da *Internet* para desestruturar pensamentos opressores cuja transmissão, inúmeras vezes, acontece como sendo uma verdade absoluta e tendenciosa. Dessa maneira, observa-se uma importante finalidade democrática, além da horizontalidade nos diálogos.

Os dados significativos da pesquisa elaborada revelam um forte sinal dos assédios que as mulheres são obrigadas a lidar diariamente, além de tornarem potenciais conscientizadores do tema abordado pelas ativistas, o que, ligado à habilidade do meio *on-line* de ampliar a repercussão de suas reivindicações, permite que as mulheres sejam protagonistas de transformações sociais.

Os diversos resultados da campanha lançada a partir do *site*, como o *e-book*, o documentário (em desenvolvimento), o cordel e a cartilha, todos sobre a temática do assédio sexual, também são indicadores expressivos de que o ativismo digital não se limita ao meio *on-line*. Assim, percebe-se que o mesmo confere aos indivíduos grande influência nas alterações da agenda pública, desconstruindo o pensamento arraigado na cultura representativa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta**: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *História* vol. 30. nº 2. França. Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742011000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 25.out.2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CATARSE. Disponível em: <<https://www.catarse.me/>>. Acesso em: 26.out.2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Disponível em: < <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 27. maio. 2016.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

FARIA, Juliana. **Ana entrevista:** Juliana Faria, Think Olga. [10 de abril, 2014]. Entrevista Reflexão. Entrevista concedida a Ana Luiza Gomes. Disponível em: <<http://www.ideafixa.com/ana-entrevista-juliana-de-faria-think-olga/>>. Acesso em: 04. nov. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3:** o cuidado de si. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

GALLOWAY, A. R. **Protocol: how control exists after decentralization.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político.** Tradução livre. Fevereiro, 1969. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 26. out. 2015.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo:** Novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tecnos.cienciassociais.ufg.br/up/410/o/Dissertação_-_Ciberfeminismo_novos_discursos_do_feminino_em_redes_eletronicas.pdf>. Acesso em: 02.nov.2015.

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de. **Os debates do movimento feminista: do movimento sufragista ao feminismo multicultural.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/100/49>>. Acesso em: 27.maio.2016.

MAGALHÃES, Beatriz; DIEMINGER, Carlise; BERTOLDO, Jaqueline. **Chega de fiu fiu:** ciberfeminismo contra o assédio sexual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 3º, 2015. Santa Maria/RS. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-3.pdf>>. Acesso em: 02.nov.2015.

MAYORGA, Claudia. **Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária.** Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, mar., 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481010>. Acesso em: 26. out. 2015.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Assédio sexual: questões conceituais. In: JESUS, Damásio Evangelista de; GOMES, Luiz Flávio. (Coord.). **Assédio Sexual**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.110.

SANTOS, Simone Alves. **Assédio sexual nos espaços públicos**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/13344/13277>>. Acesso em: 27.maio.16.

THINK OLGA. **Site por Juliana Faria**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em: 04.nov.2015.

THINK OLGA. **Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/cheга-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 29.maio.2016.

THINK OLGA. **Mapa Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-cheга-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 04.nov.2015.

THINK OLGA. **Resultados da pesquisa “Chega de Fiu Fiu”**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/cheга-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 26.out.2015.

WILDING, Faith. **Where is Feminism in Cyberfeminism?** Disponível em:<<http://www.neme.org/392/cyberfeminism>>. Acesso em: 10.abr.2016.